

Sócrates e a Operação Marquês, relatório do primeiro processo

Mais de seis anos após a sua detenção que, por razões óbvias, deu imenso que falar, o ex-primeiro-ministro português José Sócrates foi julgado sexta-feira, 9 de abril no seio do processo, denominado, Operação Marquês. Neste processo judicial iniciado em 2014, encarregaram-se o procurador Rosário Teixeira e o juiz Carlos Alexandre e, posteriormente, o juiz Ivo Rosa.

Frete ao juiz Ivo Rosa no Campus da Justiça encontrávamos então o antigo primeiro-ministro José Sócrates, mas não só, pois, o processo tinha 28 arguidos, 19 pessoas singulares e 9 pessoas coletivas (empresas). Algumas das acusações do ex-primeiro-ministro são de branqueamento de capitais onde estão em causa 1,72 milhões de euros entregues pelo empresário e Carlos Santos Silva, o alegado testa-de-ferro a Sócrates.

Além destas acusações, Sócrates e o seu amigo Carlos Santos Silva foram pronunciados por três crimes de falsificação de documentos. Recorde-se que Sócrates foi acusado de um total de 31 crimes: 3 de corrupção passiva, 16 de branqueamento de capitais, 9 de falsificação de documento e 3 de fraude fiscal qualificada.



deixar cair todas as acusações de corrupção por ausência de prova e prescrição dos crimes. A isto o Ministério Público pode recorrer da decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa, mas para resumir: dos 28 arguidos, apenas cinco irão a julgamento: José Sócrates e Carlos Santos da Silva como evocado acima com 3 crimes de branqueamento de capitais e 3 de falsificação de documento, Armando

teu “continuar a lutar para provar a sua inocência”, mas também porque mesmo se viu o seu número de crimes encolher de 31 para 6 ele ainda se arrisca a mais de 10 anos de prisão.

A política portuguesa viu-se mais uma vez abalada em consequência das ações de Sócrates e as opiniões são praticamente unânimes, é a incompreensão que reina. Podemos concluir ao citar algumas das reações que se destacaram: Inês Sousa Real, líder parlamentar do PAN considerou que a decisão instrutória é “incompreensível para o país” e defendeu ser “absolutamente lamentável” que “este processo tenha demorado tanto tempo”, João Cotrim Figueiredo, deputado da Iniciativa Liberal defende que a “democracia ficou hoje mais frágil” e alerta que “quando as instituições democráticas se

« Segundo Ana Gomes, ex-candidata a Presidente da República pelo PS, esta decisão instrutória é “arrasadora para a justiça e para o Ministério Público” »

Asentença acabou por ser, de certa forma, em favor do ex-primeiro-ministro, pois foram-lhe retiradas três acusações de corrupção apresentadas pelo Ministério Público. Segundo Ana Gomes, ex-candidata a Presidente da República pelo PS, esta decisão instrutória é “arrasadora para a justiça e para o Ministério Público”. Isto é, nesta fase da Operação Marquês, a decisão instrutória sobre o processo pronunciada pelo juiz Ivo Rosa, é de

Vara por um crime de branqueamento, Ricardo Salgado por três crimes de abuso de confiança e João Perna por um crime de detenção ilegal de arma. Dos 189 crimes que foram discutidos apenas 17 vão a julgamento.

Este processo ainda vai dar muito que falar não só pelo facto que José Sócrates acredita que “todas as grandes mentiras da acusação foram por água a baixo”, ele também prome-

revelam pouco consistentes só fortalecem quem as quer atacar” e Catarina Martins coordenadora do Bloco de Esquerda (BE), considerou também que este processo “expõe grandes fragilidades que põem em crise o funcionamento da Justiça” ■

Elsa Macieira - Étudiante à Sorbonne-Université
capmag@capmagellan.org
Photo: © Juan Medina

Brève

PORTUGAL COMPRA OS SEUS PRÉMIOS TURÍSTICOS?

Publicada no jornal i em fins de março 2021, a entrevista de Elidérico Viegas, presidente da Associação das Empresas de Hotelaria e Turismo do Algarve, causou uma bomba no sector turístico português. Este último teve de se demitir das suas funções após revelar que muitas das distinções de “melhor destino turístico” que o país obtém são de facto negociadas. O jornal revelou o montante desta “fraude”, as nomeações são cunhadas a partir de 584 euros, mas por vezes são substituídas por “diplomacia do charme”. Ou seja, viagens de imprensa com todas as despesas oferecidas aos média

internacionais em troca de títulos que valorizam o país. Desde esta polémica, os representantes de algumas zonas que receberam estes prémios em 2021, ou no passado como foi o caso da Madeira ou de Braga, manifestaram a sua insatisfação e têm-se defendido de qualquer envolvimento nesta caça às bruxas que contamina o mercado turístico português, mercado que representa 8% do PIB do país. ■

Elsa Macieira - Étudiante à Sorbonne-Université
capmag@capmagellan.org